



ACÓRDÃO Nº 389/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1468/2008.

Apensos: Processo nº 5071/2007 e 6188/2007.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Responsável: Bruno Luis Litaiff Ramalho (Ordenador de Despesa)

4- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331 e Livia Rocha Brito - OAB/AM N. 6474

5- Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari

6- Exercício: 2007

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1542/2014-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2007.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto -ista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar o retorno dos autos à DICOP, a fim de que essa Diretoria providencie a notificação das empresas responsáveis pelas despesas postas sob suspeita, para que possam defender-se ou, caso reconheçam a falha, recolher aos cofres municipais os valores identificados pela nobre Unidade Técnica consoante preconiza a redação do art. 20, § 2º, da Lei n.º 2.423/96;

10.2. Dar ciência aos patronos (procuração ad judicium et extra às fls. 1328 dos autos n.º 2485/2003) do **Sr. Bruno Luis Litaiff Ramalho**.

Vencido o o Conselheiro-Relator Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela Irregularidade, Alcance, Desaprovação e Multa.



ACÓRDÃO Nº 389/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 7 de Maio de 2019
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral